



**IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
V SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
IV CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL

**Pós-modernidade: terreno fértil para o avanço do
conservadorismo**

Marlene Corrêa Torreão¹

RESUMO

O artigo aborda o tema do pós-modernismo, destacando seus fundamentos e sua influência na descredibilização da teoria marxista. Metodologicamente, trata-se de uma revisão bibliográfica que busca trazer elucidações para o debate crítico sobre o tema em questão. Infere como conclusão, que a corrente pós-moderna tem cooperado não apenas para deslegitimar o marxismo, como tem contribuído para o recrudescimento do conservadorismo na sociedade, no atual quadro de crise econômica capitalista em sua fase tardia.

Palavras-chaves: Pós-modernidade; crítica ao Marxismo; conservadorismo.

ABSTRAC

The article addresses the topic of postmodernism, highlighting its foundations and its influence on the discrediting of Marxist theory. Methodologically, it is a bibliographic review that seeks to bring elucidations to the critical debate on the subject in question. As a conclusion, it infers that the postmodern current has not only cooperated to delegitimize Marxism, but has also contributed to the resurgence of conservatism in society, in the current scenario of capitalist economic crisis in its late phase.

Keywords: Postmodernity; critique of Marxism; conservatism.

1.INTRODUÇÃO:

O debate sobre a pós-modernidade parece recente nos termos de hoje. Entretanto, o prenúncio do seu florescimento, compareceu no século passado. De acordo com Ellen Wood (1999), seu aparecimento teve como marco dois anúncios do chamado declínio de uma época: o primeiro “publicado em 1918, por Spengler no livro ‘A decadência do Ocidente’, anunciando o fim da civilização ocidental. E o segundo, se apresentou cerca de quatro décadas depois, quando C. Wright Mills proclamou: o fim do que é denominado de ‘A Era Moderna’” (WOOD, 1999, p. 07).

¹ Assistente Social, Doutoranda do programa de pós-graduação em Políticas Públicas da UFMA. e-mail: marlenetorreao@yahoo.com.br



Contudo, foi a partir dos anos 1970 do século XX, que o chamado veio pós-moderno começou a circunscrever-se entre diversos intelectuais e aglutinar argumentadores em sua defesa.

Silveira Jr. (2016, p. 170) aponta que, “uma datação mais precisa pode ser balizada através do ensaio fundacional ‘A condição pós-moderna’ de Jean-François Lyotard, em 1979, seu grande interlocutor. Daí em diante, a tendência cultural em tela irrompe com ímpeto nos domínios do saber” (SILVEIRA JR, 2016, p. 170).

A apreensão da periodicidade do seu surgimento é relevante, pois situa o contexto e a conjuntura sócio-histórica de sua aparição - no bojo da ampla crise do capitalismo em sua fase tardia pós-1970. Contudo, buscar a compreensão do seu conteúdo, seus fundamentos e o que os chamados ‘pós-modernos’ põe em questão, comparece como o núcleo fundante da nossa discussão.

Assim, este artigo objetiva elucidar a natureza e o significado do pensamento pós-moderno enquanto expressão ideo-política e cultural do capitalismo em sua fase tardia, como um ‘novo paradigma’ analítico alternativo para se fazer ciência e interpretar a realidade social.

Metodologicamente, trata-se de um recorte teórico-bibliográfico preliminar, que busca trazer elucidações para o debate crítico sobre o tema em questão.

2. ADVENTO DA CONCEPÇÃO PÓS-MODERNA: NEGAÇÃO DA RAZÃO MODERNA E A RECUSA AO MARXISMO

Longe de se apresentar como um movimento homogêneo, a pós-modernidade tem como traço definidor, como já apontado por alguns autores Anderson (1999), Tonet (2006), Simionatto (2009), a perda de credibilidade das metanarrativas ou grandes teorias sociais, sendo um substrato sociocultural de renúncia ao programa da modernidade, expresso no iluminismo.²

Neste sentido, é necessário o clareamento dos elementos balizadores da ‘razão moderna’ enquanto modelo explicativo da realidade social, para então, compreendermos o repertório nuclear dos argumentos que dão sustentação à cultura pós-moderna.

A modernidade se desenvolveu entre a transição do feudalismo ao capitalismo, se apresentando como uma verdadeira revolução na maneira de ver e explicar o mundo,

² Movimento cultural e filosófico que ocorreu entre os séculos XVII e XVIII na Europa, que questionou as formas vigentes de interpretação da realidade pautadas na fé e na religião, representando uma verdadeira revolução na forma de explicar o mundo, destacando-se a importância da observação e experimentação para o desenvolvimento científico. (SIMIONATTO, 2009, p. 88)



contrárias as formas anteriores pautada na fé e na religião. De acordo com Simionatto (2009, p. 88), as revoluções científicas ocorridas entre os séculos XVI e XVII podem ser consideradas os principais marcos dessa forma de pensamento, “que terá repercussões não apenas no campo epistemológico, mas também na economia, na política, na ética e na estética (SIMIONATTO, 2009, p. 88). Inaugurou, portanto, o início de uma nova era, assentada no primado na razão.

Este traço prosseguiu durante toda a fase do iluminismo, ganhando força com a revolução industrial momento em que, a burguesia como classe em ascensão, passou a demandar um tipo de racionalidade baseada no progresso da ciência e da técnica.

A razão moderna permitiu assim, no plano das ideias e no plano objetivo, a ascensão da burguesia como classe, e não só isso, representou uma extraordinária revolução na história da humanidade como bem constatou Coutinho (2010):

O capitalismo, em dado momento, representou – não só no plano econômico-social, mas também no plano cultural – uma extraordinária revolução na história da humanidade. (...) sem compromissos com a realidade imediata, os pensadores burgueses não limitavam a razão à classificação do existente, mas afirmavam seu ilimitado poder de apreensão do mundo em permanente devir (COUTINHO, 2010, p. 25).

O surgimento da burguesia como classe, promoveu um intenso processo de modernização a partir de uma série alterações de grande monta em toda Europa: no campo da ciência e tecnologia, no trabalho, nas formas de propriedade, na distribuição do poder e nas contradições entre as classes sociais.

Duas grandes matrizes teóricas explicativas surgiram, buscando a justificação das intensas mudanças processadas neste contexto: o positivismo de Comte e a teoria social de Marx. A primeira, surge como arrimo da ordem burguesa, fundamentada na chamada ‘racionalidade abstrata’ ou ‘razão instrumental’, como um sistema explicativo capaz de afastar as ameaças das lutas políticas sociais dessa época; a segunda, a teoria social de Marx, ao contrário, se fundamentou contraditoriamente ao domínio da sociedade burguesa, propondo a sua superação, buscando apreender a partir da ‘razão dialética’ o real em suas múltiplas determinações, reafirmando o caráter histórico da práxis humana.

O grande programa sociocultural do iluminismo que caracterizou a modernidade, apesar de apresentar duas linhas de forças quanto à defesa de um projeto político-social divergente (liberalismo e socialismo), tinha em comum, a busca pelo conhecimento do mundo na sua estrutura e a defesa da legalidade da ciência.

A modernidade se expressou em lineais gerais, como um consistente processo de racionalização do intercâmbio entre a sociedade e natureza. Portanto, nos marcos do



pensamento moderno, a razão comparece como um conjunto de legalidades objetivas da realidade, que pela pesquisa, os homens reproduziriam teleologicamente.

Entretanto a crise do capital, entre os anos de 1960 e 1970, provocaram mudanças em diferentes esferas da vida social, para as quais Simionatto (2009, p. 91) destaca:

A crise das ideologias, o proclamado fim das utopias, devido o colapso do socialismo real nos países do Leste europeu, e o questionamento dos paradigmas teóricos, políticos e históricos colocaram em debate o projeto da modernidade. Além disso, as grandes promessas da era moderna, como a elevação da humanidade a estágios superiores de vida e os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, não haviam se concretizado. É nesse cenário que ganha centralidade, no âmbito das ciências humanas e sociais, a chamada “crise dos paradigmas”, relacionada, principalmente, aos modelos clássicos de conhecimento da realidade. Ampliou-se, a partir de então, o embate entre modernidade e pós-modernidade, destacando-se a novidade dos chamados ‘novos paradigmas’ como caminhos analíticos alternativos para se fazer ciência e se conhecer a realidade social (SIMIONATTO, 2009, p. 91).

Com o advento da pós-modernidade, se abre outras possibilidades analíticas, que não aquelas consideradas apreendidas na razão moderna. Ou seja, a sociedade deixa de ser compreendida como ‘todo orgânico’ ou ‘espaço de lutas e conflitos’, para conceder espaço à subjetividade relativista para a justificação da realidade.

Nesta direção, a pós-modernidade busca um claro afastamento da compreensão do mundo, tanto pelo ‘empobrecimento’ da razão objetiva-formalista (em sua estrutura), como também, pela razão dialética (do seu humanismo e historicismo concreto).

De acordo com Silveira (2016), para os pós-modernos, a realidade passa a ser relativizada pelo olhar dos signos, símbolos e das representações sociais, “há a elevação do peso do relativismo – a dissolução da ideia de verdade que acaba por converter a ciência num jogo de linguagem” (SILVEIRA, 2016, p. 173).

Adotando a mesma perspectiva de análise, Simionatto (1999) elucida que para os pós-modernos,

à produção do conhecimento passa a centra-se nas ‘práticas discursivas, no superdimensionamento do cotidiano, na tematização sobre os novos sujeitos sociais, enfeixados na ideia de um novo paradigma que toma a realidade como um ‘caleidoscópio de micro objetos’ incapazes de ser captados a partir das perspectivas totalizantes (SIMIONATTO, 2009, p. 92).

Entretanto, um elemento merece atenção: à expressiva crítica dirigida pelos pós-modernos sobre o não cumprimento das grandes promessas da era moderna, sobretudo no que tange: ao humanismo, historicismo e a razão dialética.



Sintetizada por Coutinho (2010), como uma ampla proposta revolucionária (presente ainda na fase progressista do pensamento burgês) estes três núcleos categoriais³, foram assim, esquematicamente resumidas por ele:

O humanismo, a teoria de que o homem, é um produto de sua própria atividade, de sua história coletiva; o historicismo concreto, ou seja, a afirmação do caráter ontologicamente histórico da realidade, com a conseqüente defesa do progresso e do melhoramento da espécie humana; e, finalmente a razão dialética, em seu duplo aspecto, isto é, o de uma racionalidade objetiva, imanente ao desenvolvimento da realidade (que se apresenta como forma da unidade de contrários, e aquele das categorias capazes de apreender subjetivamente essa racionalidade objetiva, categorias estas que englobam, superando, as provenientes do 'saber imediato' (intuição), e do entendimento (intelecto analítico) (COUTINHO, 2010, p. 28).

Segundo a base explicativa de Coutinho, ao renunciar esses três núcleos, os pós-modernos, fortalecem o terreno da visão fetichizada da realidade social, terreno do irracionalismo.

Para os defensores desse paradigma, "não há um sistema social (como por exemplo, o sistema capitalista), com unidades sistêmicas e 'leis dinâmicas' próprias; há apenas muitos e diferentes tipos de poder, opressão, identidade e discurso" (WOOD, 1999, p. 14).

Os argumentadores pós-modernos, sumariamente negam o valores universais rejeitando a totalidade, tratando-a como uma ilusão. Em seus estudos Eagleton (1999) destacou esta questão, explicitando que:

entre os divulgadores da pós-modernidade, sem dúvida encontraríamos indivíduos clamando contra o que consideravam como a tirania de uma totalidade social real, enquanto outros estariam muito ocupados demolindo toda a ideia de totalidade e afirmando que ela existia apenas em nossa mente (EAGLETON, 1999, p. 25).

Assim, um aspecto decisivo da fórmula do chamado mundo pós-moderno é que, negligenciam em seu campo de análise paradigmático, a categoria da totalidade. Tal recusa para Silveira (2016, p. 173) "não parte apenas do plano filosófico, na sua efetividade; como também se expressa no plano teórico, sendo sobejamente invalidado em seu valor heurístico".

Dessa maneira, parece inteiramente débil e inconsistente pensar a realidade social a partir de fragmentos, pela sua superficialidade, substituindo-as por um modo de análise da realidade mais flexível e subjetivo.

Outro posicionamento assimilado pelos pós-modernos em relação à razão moderna, assentou-se em uma das grandes reclamações: o não cumprimento de sua promessa acerca do progresso a partir da regulação racional da natureza e do fracasso do mandato do humanismo.

³ Cada um desses núcleos contribuiu para síntese hegeliana, servindo de ampla contribuição para a formação teórica de pensadores como Marx, Engels e toda a tradição marxista.



Neste ponto em específico, José Paulo Netto (2004), irá direcionar uma substantiva crítica à Boaventura Sousa Santos (1995), ao que se refere a sua noção marxiana de progresso, encontrada numa passagem de seu livro *Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*, onde Sousa afirma,

o erro de Marx foi pensar que o capitalismo, por via do desenvolvimento tecnológico das forças produtivas, possibilitaria ou mesmo tornaria a transição para o socialismo. Como se veio a verificar, entregue a si próprio, o capitalismo não transita para nada senão para mais capitalismo. A equação automática entre progresso tecnológico e progresso social desradicaliza a proposta emancipatória de Marx, e torna-a, de fato, perversamente gêmea da regulação capitalista (SOUSA 1995 apud Netto, 2004, p. 233).

Netto (2003), o contrapõe parafraseando: “sobejamente o sabia Marx, não fosse por outra razão, ele considerava a organização da vontade política dos proletários absolutamente indispensáveis para a transição socialista” (NETTO, 2004, p. 233).

Neste sentido, o referido autor chama a atenção para as afirmações completamente absurdas que Sousa apresenta, “como a equação automática entre o progresso tecnológico e progresso social” (NETTO, 2004, p. 238).

Netto (2003) segue fazendo severas críticas à obra de Sousa (1995), uma delas discorre sobre a formulação que o autor desenvolveu sobre exaustão do “Paradigma da Modernidade”. De acordo com o autor:

Sousa Santos desenvolve uma elaborada versão do paradigma da ciência moderna, que estende tranquilamente da análise das ‘ciências duras’ às ciências sociais – e, nesta translação, tal ‘paradigma’ se converte num instrumento de redução indiferenciada que equaliza todo o século XIX, enfiando no mesmo saco da ‘ciência moderna’ seja a lógica hegeliana, o sistema categorial de Marx ou as tipologias Durkhemianas. (Weber, naturalmente, tem aí, um enquadramento difícil, até porque na corrosiva ironia de Meszáros (1996, 198) é um homem para todas as estações (NETTO, 2004, p. 232).

Desta avaliação, Netto (2004) chega a seguinte constatação: “este é o Marx de Sousa Santos – um positivista avant la lette, um pré-Durkheim edulcorado por uma perspectiva ‘utópica’ (...) em que todos os pós-modernos consideram Marx um personagem Jurassic Park” (NETTO, 2004, p. 232).

Assim, José Paulo conclui, que não se pode sustentar, a partir de uma leitura rigorosa de Marx, a hipótese de um desenvolvimento ‘automático’, ‘natural’ e/ou espontâneo da força produtiva engendrada pelo desenvolvimento tecnológico (NETTO, 2004, p. 234).

No tocante a questão do progresso, Wood (1999) precede sua análise exprimindo que “o pessimismo sobre ele tem sido um tema comum do século XX, na esquerda e na direita, tanto por boas, quanto, por más razões” (WOOD, 1999, p. 09).



A autora apresenta um elemento de reflexão interessante: de que o pessimismo e o inepto sentimento negativo de que o iluminismo não cumpriu suas promessas de progresso, tenha raízes explicativas para além da queda do comunismo.

Para ela, uma importante base de explicação estaria no florescimento do 'bem-estar' e do capitalismo 'consumista', no longo surto de prosperidade do pós-guerra (WOOD, 1999, p. 09). Isso se deu, pela forte convicção entre vastos segmentos da esquerda, de que a prosperidade chegara para ficar, produto de uma consciência formada na chamada idade áurea do capitalismo.

Fica evidente para a autora, o porque o autêntico divisor de águas do surgimento da pós-modernidade, tenha ocorrido em fins da década de 1960 e princípios de 1970 (uma década após as revoluções dos anos 1960), por mais que o grande vulto de expansão das suas ideias tenha ocorrido na década de 1990, no âmbito da nova forma do capitalismo (pós-fordista e flexível) (WOOD, 1999, p. 09-10).

A explicação da grande sedução por parte da esquerda pelo pós-modernismo para Wood (1999), pode ser justificada, no aparente e irrevogável feitiço do progresso ocorrido no período pós-guerra, com o florescimento do bem-estar e do capitalismo consumista, dando força a possibilidade de constituição de uma terceira via, partir da social-democracia.

Por esta razão, os pós-modernos colocam em causa, o exaurimento da possibilidade histórica da superação da ordem capitalista, com a incorporação da tese do fim da história, dado o fracasso da experiência socialista. Não colocam em voga o problema de um projeto societário diferente do capitalismo, pois nele a história chegou.

Temos o que parece ser uma contradição em termos, de acordo com a visão analítica de Wood (1999, p. 15): "uma teoria de mudança de uma época, baseada em uma negação da história, e com elas, evidentemente, qualquer ideia de 'escrever a história'".

Filosoficamente quando se nega a história, tudo passa a ser um jogo de narrativas. Restou o contraponto das visões de mundo e os discursos que são construídos. Tudo passa a ser uma representação intelectual, que não está dado no mundo material, ocorrendo o claro abandono da concepção materialista da história e a recusa da razão crítica.

O traço fundamental da história, repousa a partir da sua base material, como bem elucidou Marx:

o modo de produção material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral de todas as relações sociais e estatais, todos os sistemas religiosos e jurídicos, todas as ideais teóricas que brotam na história somente podem ser compreendidas quando forem compreendidas as condições materiais de vida da época em questão e quando se conseguir explicar tudo aquilo por essas condições materiais (MARX 2008, p. 276. In: Comentários sobre a contribuição à crítica da Economia Política de Karl Marx)



Neste sentido, a grande apreensão de Marx foi ter compreendido e incorporado o pensamento dialético de Hegel, e de o ter transmutado e superado, com a elaboração da tese do materialismo histórico dialético da realidade, que se constitui em um instrumento grandioso para a teoria social crítica, uma vez que não trata a realidade como algo dado - a compreendendo por leis gerais e fórmulas restritas a uma simples abstração.

A perspectiva crítica que está presente no pensamento de Marx é fundamental, no sentido que “não toma a realidade como evidente, não toma os fatos em sua manifestação mais imediata, mas a questiona” (IANNI, 2011, p. 399).

Quando os pós-modernos negam o materialismo (razão dialética), reforçam a visão de mundo com ênfase no subjetivismo que se enquadra bem nos reducionismos da explicação da realidade, esvaziando a riqueza do marxismo e do seu método. Como bem apontou Coutinho (2006): “o pós-modernismo seria, uma combinação de ‘irracionalismo e de miséria da razão’, que vivemos na contemporaneidade”, (COUTINHO, 2006, p. 113) extremamente necessário para a conservação da ordem burguesa.

Entretanto, é importante mencionar que este construto relativista de interpretação do mundo e de disseminação do empobrecimento da razão - vinculados à pressupostos da filosofia que negam, de alguma maneira, a historicidade, o materialismo e a dialética - emergiu na sociedade capitalista, antes mesmo do aparecimento da corrente pós-moderna.

Tal surgimento advém do século XIX - mais exatamente quando o movimento operário entra na disputa pela cena política, com as revoluções de 1830, período da gênese do processo de decomposição da filosofia burguesa clássica. Este é o exato momento em que se observa o abandono mais ou menos integral pela burguesia, não só do terreno científico, mais da sua perspectiva progressista, como elucidou Coutinho (2010, p. 35):

A partir de então, as contradições capitalistas, tornam-se explosivas, encarnação e produto dessas contradições, o proletariado surge na história como força social autônoma, capaz de resolver em sentido progressista os limites e antinomias do sistema capitalista. (...) De crítica da realidade em nome do progresso, do futuro, das possibilidades reprimidas, o pensamento burguês transforma-se numa justificação teórica do existente (COUTINHO, 2010, 35)

Entre 1830 e 1848 a cultura burguesa experimentará uma crise decisiva, dada a presença do pensamento marxista, componente na movimentação revolucionária dos trabalhadores na Europa.

Esta crise, repercutirá na relação entre pensamento conservador e pensamento burguês. Segundo Leila Escorsim Netto (2011), originalmente, o pensamento conservador de *restaurador e antiburguês*, passará a ser *contrarrevolucionário* (NETTO, 2011, p. 49), alinhando-se agora à defesa da ordem burguesa contra a ameaça operária revolucionária-socialista.



De acordo com Lukács (2010) este é o momento do surgimento da decadência ideológica da burguesia quando ela já domina o poder político, e a luta de classes é colocada no centro do cenário histórico:

Agora não se trata mais de saber se este ou aquele teorema é verdadeiro, mas sim se é útil ou prejudicial ao capital, cômodo ou incômodo, contrário aos regulamentos da política ou não. Em lugar da pesquisa desinteressada, temos a atividade de espadachins assalariados; em lugar de uma análise científica despida de preconceitos, a má consciência e a premeditação da apologética. (MARX, apud Lukács 2010, p. 98)

Foi no exato momento da intensificação do processo de luta de classes, que o pensamento burguês se transforma numa justificação teórica do existente, tornando-se um pensamento da decadência. Como situa muito bem Coutinho (2010):

Em lugar do humanismo, surge um individualismo exacerbado que nega a sociabilidade do homem, ou a afirmação de que o homem é uma 'coisa', ambas as posições levado a uma negação do momento (relativamente) criador da práxis humana; em lugar do historicismo, surge uma pseudo-historicidade subjetivista e abstrata, ou apologia da positividade, ambas transformando a história real (o processo de surgimento do novo) em algo 'superficial' ou irracional'; em lugar da razão dialética, que afirma a cognoscibilidade da essência contraditória do real, vemos o nascimento de um irracionalismo fundado na intuição arbitrária, ou um profundo agnosticismo decorrente da limitação da racionalidade às suas formas puramente intelectivas (COUTINHO, 2010, p. 30)

Assim a burguesia deixa de ser revolucionária, para ser conservadora. (COUTINHO, 2010). Ao tornar-se uma classe conservadora, a burguesia tinha noção de que as armas que forjou contra o feudalismo e todos os meios de cultura que tinha criado, rebelava-se contra ela. (COUTINHO, 2010, p. 22)

Assim, o conservadorismo clássico⁴ que fez parte do programa de reação à defesa do Antigo Regime contra as forças exageradas da Revolução Francesa, propalado na Europa a partir de 1840 transmuta-se, ganhando renovadas atualizações.

Sob esse ângulo, é que podemos compreender a mudança do componente anticapitalista e restaurador do conservadorismo, para a defesa do projeto burguês. Segundo Netto (2011, p. 47):

Inicia-se, assim, por volta de 1830, um profundo e complexo movimento, ao fim do qual aquela cultura ver-se-á refuncionalizada para atender às exigências que agora se põem à burguesia – trata-se de uma refuncionalização que terá por objetivo eliminar ou neutralizar os conteúdos subversivos da cultura moderna, especialmente aqueles vinculados à sua dimensão emancipadora (NETTO, 2011, p.47).

⁴ De acordo com Leila Escorsim Netto (2011), é no período pós 1789 que o surge o chamado conservadorismo clássico, cujo ideólogo mais expoente será o inglês Edmund Burke, que repudiou intensamente a forma da ação política burguesa e destruição das instituições socialmente consagradas (família, corporações, Igreja).



Assim, o conservadorismo muda substancialmente as suas bases: de instrumento ideal de luta burguesa, converte-se na defesa burguesa contra a ameaça revolucionária-socialista, sobretudo pós-1848, marco das revoluções democráticas-populares protagonizadas pelo operariado e que será “o marco do divisor de águas a partir do qual a burguesia renuncia à sua herança cultural Revolucionária” (NETTO, 2011, p. 47). Uma das alterações de monta segundo a autora é,

a mudança de função social do pensamento conservador, que perde em escala substantiva seus traços antiburgueses. Mas esta mudança, afeta a estrutura do pensamento conservador: alinhando-se agora na defesa da ordem burguesa contra a ameaça revolucionária-socialista, ele tende tanto a estrutura-se como *filosofia social*, quanto como *conhecimento científico social*, seja sob forma de *ciência social*, seja sob a forma de *teoria política*. Na filosofia social, o anticapitalismo romântico original do pensamento conservador se mesclará ao irracionalismo moderno, dando origem ao reacionarismo que sustentará a *apologia indireta* da ordem burguesa, (...) mas o irracionalismo não pode, aberta e expressadamente, pretender uma *ciência social* – neste domínio, pela sua própria natureza, a *destruição da razão* (Lukács) tem seu lugar ocupado pela *razão miserável* (Coutinho) cuja primeira expressão acabada se encontra no positivismo cientificista da segunda metade do século XIX (NETTO, 2011, p. 51).

O conservadorismo dará então, as mãos ao positivismo, voltando-se para a “construção de um corpo de conhecimentos que, favorecendo a gestão da ordem burguesa (mesmo que, para esta funcionar, haja que promover reformas dentro da ordem), permitindo controlar e regular suas crises e assim, superar a ameaça revolucionária” (NETTO, 2011, p. 52).

Cumprе ressaltar, que o conservadorismo opera em um processo permeado por avanços e recuos, na sua relação orgânica e dialética com os movimentos estruturantes que atravessam a sociedade. Dessa forma, ao longo da história vem sofrendo diferentes atualizações e se fortalecendo, sobretudo nesta quadra do século XXI, em um contexto de forte ofensiva capitalista.

Estamos diante de um mundo diferente no século XXI, de fortes impactos decorrentes da revolução da micro-informática. Além disso, estamos vivemos um momento de ápice da agudização da crise do capital, que nunca obteve total recuperação desde 1970. Isto afeta todas as dimensões da vida social, ampliando e produzindo sequelas econômicas, políticas e sociais indubitavelmente complexas para toda a humanidade: cronificação da pobreza, ampliação das formas de exploração do trabalho, agudização da questão social, aumento das desigualdes sociais.

Mészáros (2002) apresenta particularidades desta crise ao expor suas características: seu *caráter global* e não setorial (apenas no âmbito produtivo ou financeiro); seu alcance mundial atinge as nações imperialistas do planeta; sua *extensão temporal* (crise de longa duração, sem saídas possíveis a curto prazo).



As condições objetivas, postas pela atual crise do capital, em sua fase tardia, pressupõe “manifestações não apenas na esfera da economia e da política, mas no campo do conhecimento, das ideias e valores” (SIMIONATTO, 2009, p. 88), acarretando implicações conhecidas para a luta de classes e para o terreno amplo das alienações.

Além disso promove o avanço e o fortalecimento ao conservadorismo, que reatualiza-se no campo da moral e da política, como uma estratégia da extrema direita, no enfrentamento a qualquer possibilidade de mudança no ordenamento político-econômico que possa, de alguma forma, transformar as relações de poder e hegemonia da dominância burguesa.

Em síntese, conservadorismo ao longo da história se desdobrará em muitas outras tendências intelectuais e forças políticas singulares, mas unificada em um projeto peculiar de sociedade: o projeto burguês.

Na atualidade este projeto permanece, sendo que o conservadorismo passa a ser mais retrógrado e reacionário, agora amplamente associado ao ultra-liberalismo, com vistas a lograr êxito no encaminhamento e na implementação de uma agenda pública internacional e nacional com repercussões negativas para a classe trabalhadora, para o meio ambiente e para própria perspectiva civilizatória da humanidade, mais com notórios e expressivos ganhos para o capital financeiro e produtivo transnacional e da fração da burguesia integrada a esse capital.

Aqui encontramos a chave central explicativa da recusa dos pós-modernos pelo marxismo e o método crítico dialético, pois tal método, não foi desenvolvido unicamente “por um interesse teórico em si, mas deu-se de forma orgânica a um projeto de compreensão e transformação revolucionária da sociedade capitalista burguesa” (FERREIRA & SANTANA, 2018, p. 74).

Neste sentido, o método crítico dialético, se apresenta não apenas como uma via de apreensão crítica da realidade, mas como instrumento de transformação. Seguramente este é o motivo central tanto da perseguição aberta e da extrema hostilidade das classes hegemônicas pelo método crítico-dialético, como também da descaracterização e desqualificação de seu conteúdo (FERREIRA & SANTANA, 2018, p. 73), em que se enquadram os pós-modernos.

Ao rejeitar a emancipação, os pós-modernos assimilam e restringem a emancipação ao seu caráter utópico. Trata-se de uma posição de imobilismo sócio-político de que não há alternativa. O efeito mais imediato na epiderme da vida social dessa modificação, é a pulverização das formas de lutas que tem como produto a difusão de uma espécie de pessimismo político, embasado na perspectiva de que “não podemos mais aspirar uma oposição unificada de emancipação humana geral, no máximo o que podemos esperar é um bom número de resistências particulares e separadas” (WOOD, 1999, p. 15).



Por isso mesmo, não se deve compreender o advento da pós-modernidade como algo simples e dado. Daí porque as contendas que envolvem esse debate, estão longe de serem encerrados.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Feito o balanço em tela, nota-se que a pós-modernidade, com todas as recusas às categorias fundantes do materialismo dialético, comparece como um pensamento ideocultural que além fortalecer a razão instrumental, tem sido terreno fértil para o recrudescimento do conservadorismo na medida em que busca escamotear e esconder as contradições da sociedade burguesa, negando a possibilidade de emancipação.

Esse debate ganha terreno na sociedade e invade os circuitos intelectuais, sobejante nas ciências sociais, tendo também claras repercussões no Serviço Social.

A influência da cultura pós-moderna nas ciências sociais, dentre muitas outras implicações, suscita a análise da realidade a partir da imediaticidade, o que consequentemente dificulta a compreensão da essência, estrutura e dinâmica da sociabilidade capitalista em sua totalidade. Ou seja, o cariz pós-moderno, provoca uma visão fragmentada acerca dos fundamentos da realidade social, a partir do superdimensionamento do cotidiano e da ausência de apreensão das mediações que compõe a totalidade contraditória da realidade social.

Pode-se depreender, que a pós-modernidade está intimamente realcionada a um novo tipo de hegemonia ideológica do capitalismo, representado no dizer de Simionatto (2009, p. 94) na “superestrutura ideológica do neoliberalismo” que tem ocultado a imantação de posicionamentos que ocultam a essência do real.

Fica implícito até aqui a fragilidade do arcabouço teórico e analítico da pós-modernidade para a compreensão da natureza da crise capitalista. O que ratifica a importância do legado categorial e metodológico maturado pela tradição marxista para desvendar a essência da referida crise.

O debate apresentado se constituiu como uma análise preliminar que deve ser continuamente realizada no sentido de nos impulsionar para a construção de formas coletivas e individuais de resistência no interior do capitalismo em tempos de agudização de sua crise.



REFERÊNCIAS

COUTINHO, Carlos Nelson. **O estruturalismo e a miséria da razão**. Posfácio de José Paulo Netto. 2. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. (pp. 9-59 / 233-286).

_____. **Intervenções: o marxismo na batalha de ideias**. São Paulo: Cortez, 2006.

EAGLETON, T. De onde vêm os pós-modernistas? In: WOOD, E. M., FOSTER, J. B. **Em defesa da História: Marxismo e pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. pp. 23-32.

FERREIRA, Benedito de Jesus Pinheiro; SANTANA, Joana Valente. A dialética conhecimento/transformação do mundo no legado marxista. **Argum.** Vitória, v. 10, n. 2, p. 70-83, maio/ago. 2018.

IANNI, Octávio. A Construção da Categoria. **Revista HISTEDBR** On-line, Campinas, número especial, p. 397-416, abr2011.

LUKÁCS, Georg. Marx e o problema da decadência ideológica. In: LUKÁCS, G. **Marxismo e teoria da literatura**. Seleção, apresentação e tradução de Carlos Nelson Coutinho, 2. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. (pp. 7-16 / 51-103).

MARX, Karl. Introdução à contribuição à crítica da Economia Política. In: _____. **Contribuição à crítica da Economia Política**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008. (pp. 237-272).

MÉSZÁROS, Istvan. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo. 2002.

NETTO, Leila Escorsim. O conservadorismo clássico: elementos de caracterização e crítica / Leila Escrosim Netto. – São Paulo: Cortez: 2011.

NETTO, José Paulo.. De como não ler Marx ou o Marx de Sousa Santos. In: _____. **Marxismo impenitente: contribuição à história das idéias marxistas**. São Paulo: Cortez, 2004. pp. 223-241.

SILVEIRA JUNIOR. Adilson Aquino. A cultura pós-moderna no Serviço Social em tempos de crise. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 16, n, 31, jan/jun. 2016. pp. 167-187.

SIMIONATTO, Ivete. Expressões ideoculturais da crise capitalista na atualidade e sua influência teórica-prática. In: **Serviço Social: Direitos Sociais: e Competências Profissionais**. CFESS: Brasília. 2009.

WOOD, E. M. O que é a agenda “pós-moderna”? In: WOOD, E. M., FOSTER, J. B. **Em defesa da História: Marxismo e pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. pp. 7-22.